

O CENÁRIO MEDIEVAL: INSEPARABILIDADE ENTRE PESSOA E GRUPO

Alan Dawe¹

Numa exposição rápida, a compreensão pode fazer com que se atribua à sociedade medieval maior coerência e consistência, como entidade, do que realmente tinha, e fazer com que o longo, arrastado e fragmentado processo de sua desintegração pareça mais súbito e dramático do que realmente foi. Mesmo assim, por mais lento, desigual e fragmentado que tenha sido, o colapso do medievalismo constituiu um total rompimento histórico entre um mundo e outro, com o qual não será exagero dizer que todas as formas de pensamento social ocidental se vêm relacionando desde então. A totalidade do rompimento é evidenciada pela sua cósmica inversão da concepção do indivíduo, cuja história semântica foi traçada, com muita oportunidade para os nossos propósitos aqui, por Raymond Williams:

“Individual” significa, no pensamento medieval, “inseparável”... Lentamente, e com muitas ambigüidades, desde então, aprendemos a pensar no “indivíduo em si mesmo”, quando antes falar nele era dar um exemplo do grupo de que era membro.

Essa inseparabilidade entre a pessoa e o grupo reflete muito bem o padrão de vida na aldeia medieval típica. Era uma comunidade fechada e estática, não-penetrada por idéias novas, não-afetada por nenhum tipo de movimento, não-sujeita a qualquer mobilidade geográfica e social. A vida era tão regular e previsível quanto as estações do ano. Era uma comunidade pequena, onde todos se conheciam e onde, portanto, tudo o que uma pessoa fazia era do conhecimento de todas as outras. Era uma comunidade na qual a vida, desde o nascimento até a morte, era vivida em público, e, portanto, não havia nem mesmo a possibilidade de se conceber a distinção entre as dimensões pública e privada da vida, que é parte tão grande da moderna concepção do indivíduo. Além disso, era também uma comunidade não-diferenciada, na qual todos dependiam do grupo para a realização de todas as suas necessidades. Em outras palavras, não havia divisão do trabalho. E isso, é claro, é de grande importância, pois da divisão do trabalho depende a diferenciação da biografia e da experiência que produz o senso da diferença em relação aos outros, e que é a essência da moderna concepção do indivíduo. Sem ela, experiência, biografia e vida pessoal continuam

¹ Alan Dawe, “Teorias da Ação Social”. Em: *História da análise sociológica*. (Org. Bottomore e Nisbet). Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

indiferenciadas de uma pessoa para outra. Sem ela, portanto, não pode haver uma concepção do “indivíduo em si mesmo”.

Em suma, o homem medieval vivia num mundo fixo, estático e imutável, aceitando, sem questionar, esse mundo e o lugar que nele ocupava como preordenado, e só tendo consciência de si mesmo como parte do grupo. Além disso, o mundo era assim porque havia sido feito por Deus. A concepção medieval do homem era do ser que constituía apenas uma manifestação da natureza e da vontade divina, inseparável e indivisível dele. É claro que, quando a única visão do mundo ao alcance da comunidade fechada, estática e indiferenciada da aldeia medieval era a de que a essência e agência de tudo estava unicamente na criação e na autoridade divinas, não havia margem para qualquer concepção de uma natureza e agência humanas. Daí a impossibilidade de visões da natureza humana na sociedade medieval. E, quando havia algum perigo de que tais visões surgissem, ele era facilmente neutralizado pelo poder feudal da Igreja e do Estado, combinados.

Exceto, é claro, que isso não era assim tão facilmente neutralizado, pois o medievalismo teve finalmente de enfrentar desafios novos, crescentes e fundamentais a todos os aspectos de sua existência social, política e cultural. Um desses desafios era teológico. O Protestantismo estava surgindo e, embora conservasse a fé no mundo ordenado divinamente, via o homem como uma criatura sozinha numa individualidade vulnerável, ante um Deus inescrutável, que não lhe atribuíra nenhum papel mas simplesmente o predestinara à salvação ou danação, sem que ele conhecesse seu destino ou pudesse influenciá-lo, e, portanto, o deixara entregue ao seus recursos isolados e individuais. Como esta criatura deveria agir no mundo de acordo com uma vontade divina totalmente inacessível ao seu conhecimento, era um problema que tinha de resolver com seu próprio critério como ser individual – problema que só podia ser resolvido pela escolha individual humana. Quando a vontade divina se tornou opaca, a vontade humana surgiu – mas individualmente e, portanto, com uma opacidade equivalente entre cada homem e seu semelhante. O novo problema da opacidade da vontade divina em escala cósmica segue paralelo exatamente ao novo problema daquilo que John Heritage chamou de “a opacidade dos motivos” no mundo humano. E ele se está tornado um mundo humano, pois a separação entre a vontade divina e o conhecimento humano criada pelo Protestantismo foi um dos primeiros passos experimentais no sentido de uma nova concepção de uma agência caracteristicamente humana. Outro passo semelhante foi dado pelo Renascimento do Século XV. Assim, falando do ensinamento de Deus a Adão, mas num tom muito mais confiante na

sua aceitação da agência humana do que um Protestantismo aterrorizado, eis o que diz Pico della Mirandola:

“Só tu não estás sujeito a nenhum limite, a menos que seja o limite prescrito pela tua própria vontade, que eu te dei. Coloquei-te no centro do mundo... para que possas fazer-te a ti mesmo e dominar-te a ti mesmo livremente, e assumir qualquer forma que escolheres para ti mesmo”.

Embora a linguagem ainda seja religiosa, a mensagem é radical e moderna. Deus estava no centro do mundo medieval; o homem está no centro do mundo pós-medieval. O homem e seu mundo estão em qualquer parte que ele queira, inclusive dentro de quaisquer limites que lhes deseje impor.

Mas a mensagem não foi apenas a consequência de mudanças na fé. As novas doutrinas que desafiaram a ortodoxia medieval eram, em si mesmas, expressões de modificações profundas na estrutura da sociedade medieval, oriundas de novas experiências, práticas e organização sociais. Ela enfrentava o crescimento incipiente da divisão do trabalho, das cidades, dos mercados, das comunicações, de uma economia monetária e do capitalismo empresarial. Em suma, enfrentava diferenciações de todos os tipos, e, por conseguinte, a variação da biografia e da experiência que deu origem ao senso de identidade em relação aos outros, central para o moderno conceito de individualidade. Crucial aqui, é a possibilidade de mobilidade, pois cria a possibilidade de pensar em termos da realização de papéis e posições, e não de recebê-los como atribuição fixa do nascimento até a morte. Em consequência, as pessoas podem começar a ver-se como agentes ativos na criação de suas próprias vidas como tendo atributos, capacidades e identidades pessoais, distintas de qualquer papel social fixo, e com isso, como ocupantes não só de uma esfera pública, social e comunitária, mas também de uma esfera pessoal, individual e privada de vida, experiência e atividade. Elas podem conceber-se como “indivíduos em si”. Por mais lento, desigual e marcado por uma ambigüidade e tensão experimentadas que fosse o processo, era impossível detê-lo, pois com o tempo atingiu, inexoravelmente, todos os recantos da existência humana. O indivíduo moderno havia nascido, chorando talvez, mas cheio de ambição, como convinha a um herdeiro da terra. Não é de espantar que as novas idéias, visões de mundo e concepções do homem, expressas pelas modificações na doutrina e na crença religiosa, tenham caído em solo tão fértil; também não é de surpreender que essas mudanças tivessem uma significação e uma consequência profundamente seculares.

Uma dessas conseqüências foi, finalmente, o aparecimento da Sociologia como parte da longa, árdua e imensa tarefa de dar sentido ao novo mundo, que é ao mesmo tempo a tarefa de *fazer* o novo mundo, já que o sentido é feito para nele se viver. O primeiro passo na sua criação, dado que o homem já não podia ser visto apenas como um ícone da natureza divina, era evidentemente estabelecer uma visão de sua própria natureza humana. A fundamentação da Sociologia, das visões da natureza humana, portanto, constitui muito mais do que um ponto analítico sobre a base logicamente necessária da disciplina. Situa-a como o fenômeno histórico que é, como uma manifestação de “nosso longo e desigual crescimento desde o mundo medieval”. Como as visões da natureza humana eram inconcebíveis antes da desintegração da sociedade medieval, assim também, pela mesma razão, o era a Sociologia. E como as visões da natureza humana são expressões da experiência ambígua do mundo pós-medieval, o mesmo ocorre com a Sociologia e, pela mesma razão [...].